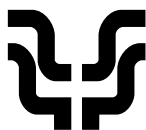




REITOR
Carlos Gilberto Carlotti Junior

VICE-REITORA
Maria Arminda do Nascimento



DIRETORA
Ana Maria Loffredo

VICE-DIRETOR
Gustavo Martinelli Massola

ORGANIZADORAS

MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO
APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI
SILVIA HELENA KOLLER

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UM GUIA PRÁTICO

SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
2022

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Produção Científica: um Guia Prático / Organização de Maria Imaculada Cardoso Sampaio, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini e Silvia Helena Koller. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.
236 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-87596-28-0 (eletrônico)

DOI: 10.11606/9786587596280

1. Produção científica. 2. Artigos científicos. 3. Metodologia de pesquisa. I. Sampaio, M. I. C. (Org.). II. Sabadini, A. A. Z. P. (Org.). III. Koller, S. H. (Org.). IV. Título.

LC Q180

Ficha elaborada por: Elaine Cristina Domingues CRB 5984/08.



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a *Licença Creative Commons* indicada.

CAPÍTULO 8

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA³¹

GUSTAVO MARTINELI MASSOLA

BERNARDO PARODI SVARTMAN

Neste capítulo, discutiremos a internacionalização da produção científica brasileira em Psicologia sob o prisma de alguns de seus aspectos políticos, científicos e técnicos.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Politicamente, parece-nos fundamental refletir se o impulso para a internacionalização não reproduz uma relação de subordinação entre o Brasil e os países centrais. Cientificamente, se a internacionalização contribui para o desenvolvimento da produção de conhecimento no Brasil. Tecnicamente, consideramos algumas exigências, alguns obstáculos e desafios para a publicação em periódicos internacionais, bem como formas de enfrentá-los. Os autores deste capítulo atuam muito próximos da interface entre psicologia e Ciências Sociais, e é deste lugar que falam. Neste texto será privilegiada a discussão sobre a produção de artigos em periódicos científicos, e de não capítulos ou livros. Seriam duas discussões muito diferentes e não haveria espaço

31 Os autores agradecem a Daniela Silva Andrade por sua colaboração com a coleta e organização dos dados.

para ambas. Esperamos que alguns dos apontamentos sirvam para ambas as possibilidades de escrita.

A pandemia de covid-19 parece ter mostrado para além de qualquer dúvida a necessidade da colaboração internacional para o desenvolvimento tecnológico em algumas áreas essenciais. Um texto de divulgação de um edital pela Fiocruz fazia menção à produção das vacinas contra a covid-19 e afirmava que “já está mais do que provado que a internacionalização da pesquisa científica acelera o seu desenvolvimento” (FIOCRUZ, 2021). Mas esta aceleração não parece beneficiar igualmente a todas as partes. Um grupo de países de renda baixa e média, liderado por Índia e África do Sul (o Brasil não foi signatário), solicitou à OMS a quebra de patente das vacinas já desenvolvidas contra a covid-19 porque, “até o momento, apenas alguns países de alta renda parecem ter amplo acesso a vacinas” (Navas, 2021). A proposta sofria a oposição de um grupo de “países ricos, incluindo Reino Unido, Estados Unidos, Suíça e nações europeias” (Navas, 2021). O mesmo texto afirma que 75% das vacinas haviam sido ministradas em apenas 10 países ricos (Navas, 2021).

Não é sem fundamento a suspeita de que parte do impulso para a internacionalização da produção científica no Brasil derive de uma posição colonizada, segundo a qual o conhecimento produzido no país só terá validade se for endossado por nossos pares dos países centrais (Sato & Nardi, 2021). Isso significaria que, na origem do impulso para a internacionalização, residiria a reprodução de um mecanismo de dominação que mantém hierarquias e desigualdades entre nações centrais e periféricas, não apenas na produção econômica, mas na própria criação de conhecimento. O alerta de Sato e Nardi (2021) deve, assim, permanecer em nosso horizonte:

Para pensarmos a internacionalização numa relação não subordinada, é relevante refletirmos sobre em que medida nossas agendas de pesquisa não estariam sendo influenciadas por aquelas que fazem sentido às sociedades do Norte, mas não tanto à nossa sociedade.

Vale lembrar que as regras do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES (PrInt) a partir de 2017 (CAPES, 2017) - um dos principais veículos de fomento à pesquisa e ao intercâmbio científico no país - implica condições que privilegiam convênios com países desenvolvidos (na Universidade de São Paulo, optou-se por uma lista “preferencial” de países composta por 79% de países centrais) em detrimento de parceiros do Hemisfério Sul, com os quais o Brasil pode partilhar problemas semelhantes.

A internacionalização da produção científica não é uma preocupação apenas brasileira, nem apenas dos governos: é uma preocupação de pesquisadoras/es em todo o mundo. Um dos autores deste capítulo colabora com uma lista de *emails* de um importante periódico internacional, com ampla participação de pesquisadoras/es de diversos países. Alguns meses antes da redação do presente texto, iniciou-se nesta lista uma discussão em inglês (entre participantes de países centrais) sobre a proposta de um número especial do periódico. Um dos editores-chefes da revista afirmou que estava conversando com pessoas em todo o mundo, especialmente em lugares onde a revista poderia crescer. E que pesquisadoras/es nesses lugares talvez desejassem um número especial sobre “Os Desafios (da área) no Sul Global”, porque muitas vezes sentiam ser difícil atender aos padrões do “Norte Global” para publicação. Concluiu que apresentar trabalhos que abordassem esses desafios poderia ter um caráter inclusivo.

Outro editor replicou que um número especial voltado explicitamente para este tema poderia não ser a melhor maneira de enfrentar a questão. Uma forma “implícita”, ou seja, ser mais inclusivo em tudo o que a revista (e a associação à qual ela se vinculava) fazia, seria melhor que concentrar a discussão em números especiais. Sugeriu incluir como critério de avaliação dos manuscritos e propostas de números especiais um componente relativo ao “Sul Global”, pois isso não prejudicaria os autores do “Norte Global”, mas os encorajaria a formar parcerias com os primeiros.

Algumas semanas depois, a revista atualizou suas normas editoriais e passou a sugerir que as pesquisas a serem publicadas tivessem sido pré-registradas. O pré-registro consiste, “em sua forma mais simples”, no preenchimento de um formulário, registrado em bases especializadas antes do início da pesquisa, “que responde a perguntas básicas, como, por exemplo: Que pergunta será estudada? Qual é a hipótese? Quais dados serão coletados? Como serão analisados?” (Kupferschmidt, 2018).

O pré-registro tem a tendência de engessar a pesquisa, dificultando a produção de resultados inesperados e a realização de pesquisas com desenhos mais abertos ou fundamentadas em teorias menos consolidadas. Por isso, muitos participantes do grupo de emails se opuseram à proposta. Uma das razões era a de que, segundo um dos participantes, o pré-registro privilegiava trabalhos mais teóricos do que empíricos ou qualitativos (na área em questão), o que reforçaria o centralismo ocidental do qual a revista queria se afastar, uma vez que a maioria das teorias existentes deriva indutivamente da experiência ocidental.

Quer dizer, o pré-registro tende a favorecer teorias desenvolvidas em países centrais, que estarão, conseqüentemente, em acordo com dados obtidos nesses lugares, o que dificulta a elaboração de teorias distantes do *mainstream* científico, e que poderiam ser mais adequadas às realidades de países periféricos.

O privilégio a pesquisas com pré-registro, apesar dos protestos, foi mantido. Ou seja, apesar de suas boas intenções, a primeira decisão da comissão editorial após a ampla discussão sobre como incluir pesquisadoras/es do “sul global” teve o condão de excluí-las/os ainda mais.

Por um lado, a boa notícia é a de que colegas do “norte global” também desejam expandir seus contatos com o “sul global”. Por outro, a má notícia é que, para fazê-lo, muitas vezes esperam que nós os encontremos um pouco depois do meio do caminho, ou seja, que profissionais da pesquisa do Hemisfério Sul cumpram com critérios científicos rigorosos – e rigor, aqui, é muitas vezes aquilo que é definido

como rigor nos países centrais, mesmo que seja apenas o cumprimento de regras quase burocráticas, como o pré-registro. Além disso, o interesse nesta aproximação expressa-se, muitas vezes, como uma busca por “expansão”, ou seja, aumento de influência, ou “inclusão”, quer dizer, cumprimento de princípios ético-políticos de igualdade entre os povos. No entanto, não aparece na discussão relatada, salvo marginalmente, a potencial relevância do conhecimento produzido fora dos países centrais. Além disso, se as pessoas participantes se atribuem o epíteto de “norte global”, o que é correto, atribuem ao que não é norte o epíteto de “sul global”, o que é um equívoco. Sigamos ponto a ponto.

Parece inegável existir uma tendência de maior abertura dos periódicos publicados por grandes editoras (*publishers*) e sediados em países centrais à participação de países periféricos. Apesar de os Estados Unidos (EUA) seguirem sendo uma potência científica mundial em inúmeros indicadores, a China ultrapassou o volume de artigos publicados pelos norte-americanos em 2018 (Jacobsen, 2018). Países em desenvolvimento, em geral, têm aumentado sua participação na produção científica mundial quando comparados com os EUA (Tollefson, 2018), mas EUA e União Europeia seguem tendo maior representação entre os artigos mais citados do mundo, seguidos pela China (National Science Board, 2020). Além da China e da Índia, a Coreia do Sul (exemplos de países recém-industrializados, ‘Utoikamanu, [s.d.]) exemplifica esta tendência de crescimento no investimento e, consequentemente, na produção de Pesquisa & Desenvolvimento em países periféricos nos últimos 20 anos em ritmo superior ao dos EUA (National Science Board, 2020). Diversas editoras internacionais passaram a adotar programas de estímulos de tipos variados (incluindo acesso a artigos, taxas menores de publicação, treinamento para bibliotecárias/os, entre outros) para países em desenvolvimento ou para comunidades com dificuldades de acesso a seus produtos. Como exemplo, a Elsevier participa como sócia-fundadora do projeto Research4Life (que engloba diversas editoras e órgãos de governo), que disponibiliza acesso temporário a artigos sobre ciências da vida a profissionais da saúde em países

não-desenvolvidos (Elsevier, [s.d.]-a). Exemplos semelhantes podem ser encontrados em todos os grandes *publishers* internacionais.

O Brasil, por meio do Portal de Periódicos da CAPES ([s.d.]), permite acesso a milhares de periódicos científicos assinados pelo governo federal e disponibilizados para profissionais de pesquisa de todo o país. Os custos de manutenção dessas assinaturas são bastante elevados. Apenas em 2016, o governo federal pagou à Nature pouco mais de R\$ 6 milhões pela assinatura das revistas do grupo (CAPES, 2016). Se desconsiderarmos o ano de 2000, quando o Portal foi fundado incorporando outras iniciativas de assinaturas governamentais (Martins & Braile, 2009), a evolução dos gastos com periódicos é significativa, passando de 12 milhões de dólares em 2001 (Martins & Braile, 2009) para 105 milhões de dólares em 2015 (Tuffani, 2016). Aumentos significativos de despesas com assinaturas deste tipo são observadas em todo o mundo, inclusive nos países periféricos. Assim, é possível que uma maior disposição das editoras internacionais para publicar autoras/es de países periféricos e favorecer o acesso desse grupo a seus produtos deva-se em parte a um movimento comercial impulsionado pela maior importância desses países nos gastos globais com ciência e tecnologia. Uma parte do interesse em incluir e publicar pesquisas produzidas em países periféricos pode ter o objetivo de incrementar a influência ou a participação nesses mercados em forte expansão.

Como mencionado, Estados Unidos e União Europeia seguem dominando os indicadores de artigos científicos mais citados (National Science Board, 2020). O número de citações recebidas por um artigo tem sido tomado como indicador de sua qualidade (Brembs et al., 2013). O que isso significa? De forma geral, toda vez que um artigo menciona em suas referências bibliográficas um outro artigo, este último recebe uma citação. Ser citado, geralmente, é um sinal de prestígio, porque o conteúdo do artigo foi considerado importante o suficiente para que outra pesquisa o citasse. Por consequência, podemos tomar o conjunto de 1% dos artigos mais citados da base Scopus como uma boa representação do que se considera a ciência canônica (National Science Board,

2020). Neste conjunto, os EUA têm participação 1,88 vezes maior que no total da Scopus, e a União Europeia, 1,33 vezes maior. Isso significa que uma parte maior da produção dessas duas regiões tem *status* de ciência canônica que aquela produzida em outras regiões. Mesmo com a rápida ascensão da China (cujo índice passou de 0,37 em 2000 para 1,12 em 2016), da Índia (de 0,41 em 2000 para 0,70 em 2016) e da Coreia do Sul (de 0,60 para 1,02), os países centrais continuam dominando a produção da “boa ciência”. Numa conversa pessoal ocorrida há alguns anos entre um dos autores deste capítulo e um editor de um periódico importante de psicologia, este editor nos contou sobre sua preocupação com o equilíbrio entre incorporar um maior número de publicações de autoria de países periféricos e não rebaixar a qualidade do material publicado.

Avaliar a “qualidade” da pesquisa científica é uma tarefa muito difícil e há fortes argumentos em favor da ideia de que os diversos indicadores quantitativos de impacto das publicações, como citações recebidas, são, quando muito, uma aproximação bastante falha à questão (Brembs et al., 2013; Lariviere & Sugimoto, 2018; Rocha e Silva, 2011). Há razões para argumentar também que a predileção por artigos que chamem mais a atenção do público e, por consequência, obtenham mais citações, torna os resultados apresentados por artigos publicados em revistas mais citadas menos confiáveis que aqueles publicados em revistas com menor impacto (Brembs et al., 2013). Mas esses indicadores continuam a ser utilizados, inclusive pela CAPES, que passa em 2021 a adotar indicadores de impacto como critérios dominantes para avaliar a qualidade da produção científica brasileira (Araujo, 2020; CAPES, 2020). Isto, mesmo quando sabemos que o número de citações de um artigo pode ter relação maior com o investimento em publicidade por parte da revista do que com a qualidade dos textos ali publicados (Beall, 2015; SciELO, 2015) e quando sabemos que esses indicadores subestimam textos publicados em línguas diferentes do inglês ou que tratam de problemas de regiões periféricas (Sato & Nardi, 2021). Uma das dificuldades com a internacionalização da produção

científica brasileira, portanto, não tem relação com a obediência aos cânones metodológicos da pesquisa científica (Parsons & Wright, 2015), mas sim com a obediência a critérios de rigor científico que são medidos por indicadores frágeis e que tendem a privilegiar pesquisas oriundas de países centrais.

Mudanças políticas profundas vêm marcando os países centrais, especialmente uma crescente importância das questões comumente estudadas sob a noção de Interseccionalidade das formas de desigualdade e opressão, ou seja, sob a perspectiva de que aspectos identitários como raça-etnia, gênero, classe, orientação sexual, religião, entre outros, interseccionam-se produzindo formas específicas de discriminação ou privilégio (Castells, 2018; Crenshaw, 2015). Essas questões parecem ter desempenhado um papel central nas eleições de Obama, de Trump e de Biden nos EUA (McCall & Orloff, 2017). Uma preocupação com o combate a formas de preconceito e discriminação foi aos poucos ganhando o centro do debate político (Offe, 1989). Essas mudanças tiveram impacto nas publicações científicas, em que uma crescente atenção a formas de discriminação não deliberadas se estabeleceu. Muitas editoras passaram a desenvolver políticas de igualdade de gênero e de combate à discriminação. A revista *The Lancet* publicou um forte editorial que começava com a afirmação de que “o sistema de publicação acadêmico apresenta viés de gênero” (Clark & Horton, 2019) e passava a listar as ações que seu corpo editorial deveria tomar para combatê-lo. A Elsevier criou uma página dedicada ao “preconceito inconsciente”, em que parte do princípio de que “muitas vezes acabamos tratando as pessoas e situações com base em generalizações e preconceitos inconscientes” e informa que está “introduzindo várias metodologias e ferramentas para identificar e erradicar o preconceito inconsciente” em seus processos editoriais (Elsevier, [s.d.]-b). De acordo com o *publisher*, “o preconceito inconsciente é importante quando seus efeitos começam a interferir no processo de publicação acadêmica e/ou significam que segmentos de comunidades não têm acesso a oportunidades” (Elsevier, [s.d.]-b). A editora Taylor & Francis

criou uma página com recursos para países periféricos, na qual afirma que “apoiar pesquisadoras/es de países em desenvolvimento é uma parte vital do que fazemos” (Taylor & Francis, [s.d.]). As desigualdades entre Norte e Sul, além da desigualdade de gênero, estão entre as mais gritantes no mundo acadêmico e se expressam muito diretamente por uma super-representação de pessoas brancas da Europa e dos EUA na autoria de artigos muito citados publicados pelos principais *publishers* do mundo. As tentativas de incluir autores do “Global South” incorporam uma preocupação com o combate à desigualdade Norte-Sul e aparecem como uma das formas de responder a essa nova sensibilidade política e às pressões daí decorrentes nos países centrais.

Por fim, o contraponto entre um “norte global” e um “sul global” é apenas parcialmente correto. Se por “Global North” entendemos a civilização ocidental (como mencionado na conversa relatada), então está correto entender que há um norte global, representado pelas forças hegemônicas desta civilização, cuja origem está na Grécia Antiga, e que se espalhou por todo o globo terrestre - um “norte” global (Guba, 1990). Esta expansão se deu às custas da destruição ou subjugação de outras culturas, mesmo na Europa (como a celta, por exemplo), constituindo um poder econômico, militar e político que se apresenta como autoevidente e se posiciona como o centro simbólico do mundo, diante do qual outras culturas assumem lugar periférico. As artes e a filosofia, como as conhecemos, são expressões culturais máximas desta civilização, e, portanto, para não confundir fenômenos distintos, deveríamos usar outra palavra que não “filosofia” para nos referirmos a outras formas culturais, como o confucionismo (Chauí, 2018). A Ciência é um produto recente desta civilização, que levou a um controle sem precedentes sobre a natureza (Adorno & Horkheimer, 2014). Globalização é a expansão por toda a superfície do globo terrestre das instituições oriundas desta civilização (Giddens, 1991), e, neste sentido, os avanços científicos e tecnológicos dos países periféricos não deixam de ser uma vitória do Ocidente.

Atualmente, a ciência é o meio hegemônico de produção de conhecimento no Ocidente. Mesmo as religiões precisam afirmar-se por comparação com a ciência. Então, como afirmar legitimamente a existência de outras formas culturais, como apresentar dissidências vindas dos povos não ocidentais, como discutir sobre Nhanderu, Orixás, Rupave e Sypave, senão por meio dos canais oferecidos pelas instituições científicas? Isso, porém, não significa que haja uma unidade neste sul global, nem por comparação com este norte global, exceto pelo fato de todas as formas culturais indígenas aos países periféricos e, conseqüentemente, as próprias realidades sociais desses países, serem igualmente alvo de domínio e subjugação pelo Ocidente. Não há, portanto, um sul global. Há, se quisermos, muitos suís, da mesma forma que pode haver muitos nortes subjugados por uma civilização dominante. Para quem está publicando artigos dentro do cânone da ciência, especialmente nas ciências exatas e da natureza, não haverá talvez problemas com objetos, métodos ou a “linguagem” conceitual utilizada. Para quem reflete sobre a realidade específica, local e irrepetível destes suís, haverá necessidade de muitos ajustes para que o norte possa receber esses conhecimentos. De todo modo, haverá dificuldades específicas a serem vencidas pelo conjunto dos países periféricos, as quais irão aparecer, de uma forma ou de outra, na atividade cotidiana de pesquisa e publicação.

O QUE É UMA PUBLICAÇÃO “INTERNACIONAL”

Quando podemos considerar que uma publicação é “internacional”? A resposta envolve enfrentar algumas dificuldades e sutilezas. O órgão do governo federal que regula as atividades de pós-graduação no país e que, para todos os efeitos, vem se responsabilizando pela avaliação da produção científica brasileira é a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Curiosamente, a CAPES não é um órgão voltado para a pesquisa, mas sim para o ensino.

No Brasil, porém, a produção científica é quase inteiramente realizada por (ou com a participação direta de) estudantes de Mestrado e Doutorado nos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Os PPGs são avaliados pela CAPES, que atribui notas e, a partir dessas notas, autoriza a abertura e a permanência ou determina o fechamento desses programas. Entre os componentes da avaliação, está o grau de internacionalização dos PPGs e a qualidade de sua produção científica e tecnológica. Por isso, a CAPES vem produzindo relatórios que formam a base do que conhecemos no país sobre nossa produção científica e tecnológica internacional.

Em um documento de 2012, a coordenação da área de psicologia da CAPES enumerou as três dimensões em que avalia o nível de internacionalização de um PPG: a. produção científica (ou seja, publicações propriamente ditas); b. interações acadêmico-científicas; e c. institucionalização da internacionalização (CAPES, 2012, p. 18). Iremos nos concentrar aqui na discussão da primeira dimensão.

Para poder fazer distinções qualitativas nas produções científicas dos diversos PPGs, a CAPES não avalia a qualidade de cada artigo, capítulo ou livro publicado por seus docentes ou estudantes. A única forma de fazê-lo, dado o grande volume da produção brasileira, seria por meio do número de citações recebidas pelos textos (alternativas como a leitura de cada texto por uma comissão de avaliação sempre foram afastadas pelas dificuldades envolvidas). Mas considerar apenas isso levaria a inúmeras distorções. Por exemplo, um artigo recém publicado não teve tempo de ser citado, penalizando o programa, não importando sua qualidade. Por isso, a CAPES avalia a qualidade dos periódicos em que os artigos foram publicados ou atribui pontuações a certos aspectos formais dos livros publicados. O sistema de avaliação da produção bibliográfica da CAPES recebeu o nome de *Qualis*, e, assim, há um *Qualis-Periódicos* (para avaliação de artigos) e um *Qualis-Livros* (para avaliação de livros e capítulos). A classificação da qualidade dos periódicos e livros é feita por meio de uma estratificação: no caso de periódicos, indo de A1 (melhor qualidade) a B4 (pior

qualidade) ou C (publicação que não cumpre critérios mínimos para ser classificada como periódico científico); no caso de livros, indo de L1 (melhor qualidade) a L5 (pior qualidade) ou LNC (não cumpre critérios de livro científico, como folhetos, cartilhas, entre outros). Um artigo publicado em periódico classificado no estrato A2 receberá pontuação correspondente ao estrato (ou seja, todos os artigos ali publicados receberão a mesma pontuação). O mesmo se dá para os capítulos de um livro do estrato L3, por exemplo, que receberão todos a mesma pontuação. Ou seja, um artigo publicado em periódico internacional B vale menos que um artigo publicado em um periódico nacional A. Portanto, nem sempre é vantajoso publicar em periódicos estrangeiros. Além disso, um artigo publicado em periódico estrangeiro classificado como C não é considerado uma publicação internacional, para efeitos da avaliação, porque o veículo de publicação não é considerado um periódico.

No documento de 2012, a internacionalização da produção científica engloba quatro indicadores: percentual da produção publicada em periódicos estrangeiros qualificados nos estratos superiores do Qualis (ou seja, considerados bons periódicos ou livros); percentual de livros (texto integral ou organização), ou capítulos de livros publicados; grau de colaboração internacional da produção bibliográfica; e grau de impacto internacional da produção, medido pelas citações recebidas por textos publicados no exterior (CAPES, 2012, p. 18).

Os critérios para definir o Qualis de um periódico (não será possível tratar do Qualis-Livros) variam a cada ciclo de avaliação. Vamos apresentar aqueles que devem estar vigentes no ciclo 2017-2020. Há três possibilidades abertas pela Diretoria de Avaliação da CAPES para que cada área do conhecimento avalie sua produção (cada área é representada na CAPES por uma comissão específica, com alguma autonomia para decidir sobre a avaliação). Não falaremos da terceira possibilidade, chamada de Qualis-Humanidades, por fugir ao escopo deste texto.

A primeira, usada tipicamente por áreas exatas, naturais ou da saúde, inclui apenas o uso de indicadores de impacto, especialmente o índice chamado de fator de impacto (ou IF, em inglês, Clarivate, [s.d.]). Este índice, bem como o SJR (SCImago, [s.d.]), também admitido, é calculado pela média de citações para cada artigo em um periódico. Há aqui uma importante distorção – o IF, por exemplo, só existe para revistas admitidas em uma base de indexação de periódicos chamada *Web of Science* (Clarivate Analytics, [s.d.]), e é calculado pelas citações feitas por periódicos desta base a outros periódicos desta base. Portanto, se um periódico não está indexado no *Web of Science* (e é muito difícil ser aceito nesta base), ele não terá fator de impacto. Como dado importante, na “área-mãe” (ou seja, área principal) psicologia, há apenas uma revista nacional indexada no *Web of Science* (o que representa 0,6% das revistas nacionais) e 17 revistas indexadas na base Scopus, que correspondem a 10,4% das revistas nacionais (CAPES, 2019). Como a *Web of Science* e o Fator de Impacto são propriedade intelectual da Clarivate, uma empresa privada (como o SJR, da Elsevier), na prática, a avaliação está sendo terceirizada para uma empresa (“Os dados bibliométricos são coletados por empresas privadas para criar catálogos pesquisáveis de artigos de pesquisa”, National Science Board, 2020). A segunda possibilidade utiliza indicadores abertos, como o h5, do Google. Por compreender, a partir de uma fórmula específica, o conjunto de textos indexados pelo Google, o índice h5 (Google, [s.d.]) ou o índice Altmetric (Altmetric, [s.d.]) englobam uma base muito maior de textos, sendo mais abrangentes – mas, talvez, menos rigorosos – que o IF ou o SJR. O Altmetric inclui, por exemplo, o impacto de um texto em redes sociais. Esta é a possibilidade que a área da psicologia escolheu, fazendo uso do h5, que mede o número de citações recebidas pelos periódicos em toda a base de informações do Google. Mas, seguindo a prática dos ciclos avaliativos anteriores, a área da psicologia também considera a qualidade das bases em que um periódico é indexado. O que isso significa?

As bases indexadoras são listas de periódicos que contêm informações específicas e servem para orientar pesquisadoras/es que buscam conhecer os periódicos de uma área. Por exemplo, quem quiser ter uma visão ampla de quais são os periódicos da área da Psicologia no Brasil pode consultar o PePsic (Periódicos Eletrônicos em psicologia), que, além de ser um indexador, é também uma plataforma de acesso ao conteúdo dos periódicos (Instituto de Psicologia da USP, [s.d.]). A relevância de uma base indexadora depende do prestígio do grupo que a gerencia e do rigor dos critérios utilizados para admitir revistas. Uma revista aceita na *Web of Science* ganha desta base indexadora uma espécie de selo de qualidade. A comissão de indexação da base avaliou a revista e concluiu que ela tem boa qualidade editorial e pode ser admitida. Sem muita dúvida, a *Web of Science* é a base mais prestigiada, e, igualmente, a mais restritiva de todas. É um enorme prestígio para um periódico ser admitido na *Web of Science*. Outra base de grande prestígio na psicologia é a *PsycInfo*, mantida pela *American Psychological Association*.

A área da psicologia na CAPES adotou um critério de avaliação segundo o qual, se um periódico recebe um número relativamente baixo de citações, que o classificaria, por exemplo, como B2, mas está indexado em uma base muito prestigiada, como o *PsycInfo*, ele recebe um “bônus” e pode ser classificado como B1 ou A2. O contrário também é válido: periódicos com muitas citações, mas indexações pobres, podem ser penalizados (CAPES, 2019).

A área da psicologia propôs um conjunto de passos para avaliar uma publicação, que são os seguintes (CAPES, 2019): a. identificar se o veículo (periódico) é nacional ou estrangeiro com base em seu ISSN, utilizando o Portal ISSN (<https://portal.issn.org/advancedsearch>); b. levantar seu índice h5; c. descartar veículos com índice h5 igual ou inferior a 1 (são classificados como “C”); d. estratificar os periódicos de acordo com seu h5 - neste caso, veículos nacionais e estrangeiros são tratados separadamente por haver diferenças muito grandes entre ambos os grupos; e. levantamento das bases indexadoras; f.

ajustar a classificação de acordo com a base indexadora; g. comparar a classificação de um periódico com aquela feita por outras áreas (como filosofia, medicina, entre outras) para chegar a uma classificação final comum.

Poderíamos, portanto, entender que um artigo publicado em um periódico estrangeiro que não esteja no estrato “C” é entendido como uma publicação internacional. Mas essa conclusão não é tão simples. Alguns periódicos podem ser geridos por um conjunto de universidades brasileiras e estrangeiras. Como definir sua origem para efeitos de avaliação? Será tomada, enfim, a informação obtida no Portal ISSN. Mas mesmo isso não resolve a questão. Em uma reunião de acompanhamento da área de psicologia com coordenadores de PPGs, a equipe da CAPES afirmou que uma situação particularmente difícil é aquela em que um artigo é publicado em uma revista estrangeira, mas está redigido em português (muitas revistas estrangeiras aceitam artigos nessa língua). Como o objetivo da internacionalização é que a ciência brasileira seja lida em outros países, a equipe considerava este um caso de publicação nacional (A.V. Bastos, V Seminário Novos Horizontes ANPEPP, comunicação pessoal, 16 de novembro de 2017). O desafio que surge é como definir a internacionalização quando o contexto de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a integração dos meios materiais da produção científica parece tornar anacrônica a delimitação das fronteiras nacionais que serviam de critério para designar o próprio e o estrangeiro. Nesse sentido, novas delimitações de territórios tornam-se mais relevantes, mais ligadas à compreensão geopolítica mundial dos processos de dominação e exclusão, levando à discussão de como democratizar o acesso à produção científica e de como incluir e respeitar visões epistemológicas de grupos e etnias não integrados ao paradigma hegemônico de ciência.

POR QUE PUBLICAR EM PERIÓDICOS E LIVROS ESTRANGEIROS?

A resposta para a pergunta do título deveria ser simples: o conhecimento científico frutifica quando não há cerceamento para a troca de informações e reflexões, quando o diálogo é aberto e franco, quando não há impedimentos políticos ou ideológicos para que cientistas emitam opiniões técnicas sobre um assunto. As fronteiras de um país tampouco deveriam oferecer obstáculos à livre circulação de ideias. Kurt Lewin (1973) ecoava o pensamento dos fundadores da psicologia da Gestalt ao afirmar que a ciência só podia florescer na democracia. Publicar as descobertas científicas numa forma acessível a todo o público deveria ser uma busca constante. Este ideal está expresso em documento da área de Psicologia da CAPES (Tomanari et al., 2019), que afirma que, apesar do aumento significativo da publicação em revistas brasileiras desde o ano de 2005, “há espaço para o crescimento das publicações de artigos em periódicos editados no exterior, reconhecidos como veículos apropriados para a divulgação por grandes centros de pesquisa” (p. 11). Para muitas pessoas, o surgimento do inglês como língua universal da ciência viria em socorro desta aspiração.

Schopenhauer (2011) nos dá um exemplo desta preocupação ao lamentar a abolição do latim como língua geral como um “verdadeiro infortúnio para as ciências na Europa” (posição 281), e ressalta que escreverem em uma língua única lhe permitia (a ele) o acesso direto ao pensamento de autores desde a Antiguidade passando por toda a Idade Média até a Modernidade. E adverte:

Contudo, como seria se cada um deles tivesse escrito na língua de seu país, seguindo o estágio em que ela se encontrava na época? Seria impossível para mim entender sequer a metade dos seus textos, e um contato espiritual com tais autores se tornaria impossível. (posição 324)

Mas nada mais distante deste objetivo intelectual que o funcionamento da ciência hoje. Para nós, Schopenhauer talvez dirigisse a mesma acusação que aos pesquisadores profissionais de sua época: “Há pessoas que simplesmente vivem da ciência: para eles, a ciência não passa de ‘uma boa vaca que lhes fornece leite’”. (posição 217). A ciência tornou-se um meio e não um fim. O fim chama-se tecnologia.

Podemos entender tecnologia de várias formas, mas uma maneira operacional é defini-la como o estudo científico da técnica (Pinto, 2005). O funcionamento social e o crescimento econômico são, atualmente, fortemente atrelados ao desenvolvimento tecnocientífico (Santos, 2002). O modelo de integração entre universidades e indústrias, articulado pelo aparato militar que financia pesquisas para a guerra, foi desenvolvido nos EUA no período imediatamente anterior à Segunda Guerra e se consolidou no decorrer deste conflito (Almeida, 2007). Ganhou o sonoro nome de *big science* e transformou a ciência num empreendimento custoso, com altíssimos investimentos, mas igualmente lucrativo. Tornou-se o principal motor do crescimento econômico norte-americano no pós-Guerra, num ciclo em que o aparato militar contrata as universidades para desenvolverem tecnologia estratégica, transformando esta tecnologia em patentes militares, e, em seguida, em patentes para produtos civis. A comida enlatada, o GPS, a Internet e o velcro são exemplos famosos deste fenômeno. A *big science* marcou definitivamente o sistema acadêmico nos EUA (Weinberg, 1961).

Esta forma de produzir ciência se globalizou e formou um sistema mundial que envolve governos, empresas, editoras, universidades, imprensa (a qual dá muito valor a artigos publicados em periódicos específicos, como *Nature* e *Science*). Chamaremos a este conjunto *sistema mundial de produção científica*. Este sistema é voltado à inovação tecnológica e ao crescimento econômico, tanto quanto – ou mais – que à inovação propriamente científica.

Caso a internacionalização seguisse objetivos puramente científicos, os países buscariam intercâmbios independentes das consequências

econômicas. Mas a preferência por dialogar com países centrais (como indicamos anteriormente), reconhecida pela área de psicologia na CAPES (Tomanari et al., 2019), mostra que o impulso para a internacionalização não segue a lógica puramente científica, mas, mais propriamente, a lógica do desenvolvimento tecnológico. Nesta lógica, publicações são seguidas pelo desenvolvimento de patentes que se tornam trunfos comerciais. Publicar ciência tem um efeito econômico direto sobre as economias. Uma publicação das Nações Unidas sintetiza a questão ao afirmar que “a correlação entre o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o crescimento econômico é bem aceita.” (Utoikamanu, [s.d.]

Os governos de países periféricos passaram a dirigir esforços para que suas pesquisas, transformadas em publicações em periódicos prestigiados, pudessem converter-se em patentes comerciais de produtos inovadores e rentáveis. Os países bem-sucedidos neste esforço, entre os quais China e Coreia do Sul se destacam, obtiveram crescimentos econômicos elevados, alavancados por uma expansão industrial e por um crescimento no comércio internacional igualmente vertiginosos.

Ao lado, portanto, de um interesse propriamente científico pela expansão do intercâmbio de ideias, está em operação, na pressão cada vez maior pela internacionalização da produção acadêmica, um interesse comercial de caráter geopolítico. Isso se reflete na expectativa do “*publish or perish*” (publique ou morra) dirigida a profissionais da academia em todo o mundo. Se esta pressão foi observada primeiro nos EUA e só muito depois no restante do mundo, foi porque eles inventaram este modelo, que os capacitou para se consolidarem como a grande potência econômica e tecnológica mundial. A adoção do inglês como língua franca da ciência serve primeiro a propósitos geopolíticos e só secundariamente a propósitos intelectuais.

EVOLUÇÃO E IMPACTO DA PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA EM PSICOLOGIA

A participação brasileira na publicação científica mundial tem crescido rapidamente desde o ano 2000 quando consideramos os números fornecidos pela base Scopus. Reportagem publicada em Pesquisa FAPESP (Publicações científicas por países, 2020) informa, com base nos dados da National Science Board (2020), que o Brasil passou da 17ª posição no *ranking* de países que mais publicam na base Scopus no ano 2000 para a 11ª posição em 2018, utilizando-se o método fracionário (a autoria do artigo é fracionada entre todos os autores, que outorgam aos seus países sua fração correspondente da autoria). Foi o 6º maior crescimento mundial (8,98% ao ano). Ainda em 2006, quando o Brasil atingiu a 15ª posição, o presidente da CAPES, Jorge Guimarães, afirmou que o objetivo era que o Brasil ocupasse no *ranking* da produção científica a mesma posição que ocupava no *ranking* dos Produtos Internos Brutos (PIB). Naquele momento, o Brasil era a 10ª economia mundial (Brasil sobe no ranking do PIB e ultrapassa US\$ 1 trilhão - Economia, 2007). Chegou a ser a 7ª economia mundial, posição que manteve até 2014 (Balassiano & Considera, 2020). Atualmente, ocupa a 12ª posição, o que não deixa de ser irônico - a queda acelerada do PIB fez com que a posição no *ranking* da produção científica finalmente fosse melhor que no *ranking* de economias (Balassiano & Considera, 2020). Em 2018, o Brasil publicou 60.147,96 artigos, de acordo com esse método de avaliação (outros métodos geram números diferentes).

Desde o início dessa arrancada produtiva, a psicologia ocupa posição de destaque. Em 2005, foi a área que mais contribuiu para a melhoria da posição brasileira, junto com a Psiquiatria (Cunha, 2007). A área de psicologia da CAPES assumiu o esforço de expandir a internacionalização da produção científica brasileira. Um documento de 2019 da área da psicologia na CAPES (Tomanari et al., 2019) afirma que se percebe “uma conscientização dos PPG/Psi acerca da relevância da internacionalização” (p. 17), em parte, por isso “aumentar o impacto

das publicações derivadas das pesquisas produzidas no país” (p. 17). O documento ressalta que “é uma diretriz da Área ampliar a internacionalização, que se encontra em expansão” (p. 17). Este crescimento acompanha o conjunto da pós-graduação brasileira e apresenta avanços significativos nos indicadores de internacionalização.

O Brasil ficou em 14º lugar no mundo na produção em psicologia entre 1996 e 2017, segundo a SCImago (Tomanari et al., 2019), tendo produzido 13.283 documentos no período. Os EUA, que ocupam a liderança, publicaram cerca de 400 mil documentos. Mas o Brasil partiu de uma posição bastante incipiente, tendo publicado apenas 42 documentos em 1996 (0,27% da produção mundial) e 1.311 em 2017 (1,6% da produção mundial). Grande parte deste crescimento se deu na publicação em revistas nacionais, que cuidaram de ingressar em bases de dados mais prestigiadas. A partir de 2007, o Brasil passou a oscilar entre a 10ª e a 12ª posição na área de psicologia, posição semelhante ao conjunto da produção científica brasileira - em 1996, ocupávamos a 24ª posição. Também se observa um elevado crescimento na publicação internacional brasileira de livros e capítulos. No período 2017-18, os programas de pós-graduação em psicologia publicaram em 1.845 veículos diferentes, dos quais 525 são principalmente da área da psicologia. Destes 525, 366 são edições estrangeiras (CAPES, 2019). Algumas áreas da psicologia são mais internacionalizadas que outras, com destaque para psicologia experimental, processos básicos, psicobiologia e Neurociências e comportamento, que podem chegar a 70% de produções em veículos estrangeiros. Áreas mais voltadas para questões locais ou culturais tendem a uma menor internacionalização da produção.

O Brasil ocupa a 22ª posição em número de citações em psicologia (CAPES, 2019). Ou seja, neste quesito, que reflete o prestígio das publicações, o Brasil ainda ocupa posição semelhante à da década de 1990. O número médio de citações por artigo, sete, é semelhante ao do conjunto das áreas do conhecimento no Brasil, que fica em torno de 10 citações por documento. A qualidade, sob este critério, não seguiu a quantidade.

Está bem estabelecido que artigos publicados em colaboração internacional tendem a receber mais citações (*National Science Board*, 2020). Colaboração internacional se dá de várias formas, como a participação em corpo editorial de revista estrangeira, coorientações de trabalhos no exterior e supervisão de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral. Na publicação, significa autoria de diversos países. De acordo com a ferramenta SciVal (Elsevier, [s.d.]-c), a psicologia publicou cerca de 40% de documentos em colaboração internacional em 2017, especialmente, sem surpresas, com os EUA, a Europa e a Austrália. Estes artigos recebem em média 6,5 citações, ao passo que a colaboração nacional rende uma média de 3,3 citações (Tomanari et al., 2019). Quanto aos livros e capítulos, observa-se também uma melhor classificação em obras publicadas no exterior e em inglês e francês. Como já indicamos, poucos periódicos nacionais estão indexados nas principais bases do mundo (10,4% estão na Scopus, 0,6% - apenas uma - está na *Web of Science*), mas entre os periódicos estrangeiros nos quais a Psicologia brasileira publica, 37,4% estão na *Web of Science* e 55,5% estão na Scopus (CAPES, 2019). Isso pode explicar, em parte, por que o impacto das revistas estrangeiras é maior que o das brasileiras. Mas no índice h5, do Google, que é muito mais abrangente, as revistas brasileiras também apresentam impacto muito menor que as estrangeiras - o maior h5 de periódico nacional em psicologia é 20; entre os estrangeiros, é 84.

As diferenças são tão pronunciadas que a CAPES-Psicologia considerou inadequado tratar revistas nacionais e estrangeiras de psicologia como se fossem um único grupo, e, em 2019, avaliou esses veículos separadamente, para minimizar distorções (CAPES, 2019).

Um elemento importante para entendermos esse cenário desigual é observá-lo a partir de uma perspectiva econômica relacionada à divisão internacional do trabalho científico. Dessa forma, é possível dizer que o processo de globalização influencia a forma como ocorre a internacionalização da produção acadêmica. Isso se revela principalmente no fato de que os cinco maiores *publishers* internacionais

mostraram uma tendência de concentração da publicação nas bases de dados consideradas mais relevantes. Um estudo publicado em 2013 mostrou que os cinco principais publishers internacionais aumentaram de forma crescente sua quota de publicações na WOS, especialmente a partir do advento da era digital em meados dos anos 90 (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015). Os cinco maiores publishers são responsáveis por mais de 50% de todos os artigos publicados nessa base de dados (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015). Esse fato revela uma tendência de formação de oligopólio comercial com implicações consideráveis sobre o cenário da publicação internacional. No campo das humanidades, a área da psicologia foi uma das que apresentou a maior tendência de concentração de publicação em revistas editadas pelos grandes *publishers*. As políticas editoriais dificilmente deixam de se articular com formas de proteger os lucros desse nicho de mercado e a forma onde isso mais se expressa é na manutenção de índices e fatores de impacto medidos pelas empresas que detêm o controle dos próprios meios de produção nesse mercado. Forma-se nesse caso uma relação circular que permite e justifica a concentração e a formação de grandes lucros, uma vez que a atividade possui um baixo custo (a maior parte das pesquisas são financiadas com dinheiro público ou de fundações e os pareceristas muitas vezes aceitam trabalhar sem remuneração), e a concentração da publicação possibilita a negociação extorsiva com bibliotecas, universidades e outros órgãos públicos para a assinatura das revistas e acesso aos artigos.

O cenário de formação de oligopólio não deixa de impactar as revistas de associações de pesquisa e de universidades. Como os critérios de avaliação das revistas levam em conta fatores ligados à profissionalização da área, dificilmente as revistas que movimentam poucos recursos financeiros conseguem ter a mesma eficiência em termos de velocidade de trabalho e capacidade de ampliar a divulgação e visibilidade das publicações. Em um estudo sobre os efeitos da classificação dos periódicos nos indicadores de impacto, Brenbs, Button e Monafò (2013) observaram que a intensa atividade de divulgação e a

atenção da mídia eram fatores importantes para aumentar o impacto das publicações dos grandes publishers. Dessa forma, estabelece-se um círculo vicioso que caracteriza o cenário de oligopólio: as regras de avaliação supostamente são as mesmas para todos, mas as diferenças de recursos e de capital simbólico no ponto de partida não são levadas em conta. O círculo vicioso também se estabelece em relação aos aspectos simbólicos do reconhecimento e valorização da produção científica:

Unfortunately, researchers are still dependent on one essentially symbolic function of publishers, which is to allocate academic capital, thereby explaining why the scientific community is so dependent on ‘The Most Profitable Obsolete Technology in History’ [48]. Young researchers need to publish in prestigious journals to gain tenure, while older researchers need to do the same in order to keep their grants, and, in this environment, publishing in a high impact Elsevier or Springer journal is what ‘counts’. In this general context, the negative effect of various bibliometric indicators in the evaluation of individual researchers cannot be understated. The counting of papers indexed by large-scale bibliometric databases— which mainly cover journals published by commercial publishers, as we have seen in this paper —creates a strong incentive for researchers to publish in these journals, and thus reinforces the control of commercial publishers on the scientific community. (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015, p. 13)

De certa forma, esse cenário evidencia que a discussão da internacionalização não pode se descolar da discussão sobre a democratização das formas de produção e de acesso ao conhecimento científico, sem o que ele tende a corroborar o processo de mercantilização da ciência e não a estimular o verdadeiro diálogo e troca de conhecimento entre as culturas e nações do mundo (o que pode ser feito a partir de traduções das publicações em diversos idiomas e da ampliação das formas de revisão e indexação) visando o desenvolvimento da humanidade.

COMO PUBLICAR INTERNACIONALMENTE

Schopenhauer (2011), como dissemos, lamentou o fim do uso do latim nas ciências. Mas é motivo de disputa se devemos nos felicitar pelo fato de o inglês ter assumido o *status* de *língua franca*, porque ele parece oferecer mais obstáculos que vantagens (Forattini, 1997). Publicar internacionalmente, porém, em muitos sentidos, significa publicar em inglês (mas não necessariamente). Gostaríamos de apresentar algumas considerações sobre o desafio cotidiano da publicação internacional.

Temos que ter em mente algumas condições para a publicação de artigos em periódicos estrangeiros: a. o periódico deve estar sediado em um país que não seja o Brasil; b. o periódico deve ser considerado científico (o que é atestado pela qualidade das bases onde ele está indexado); c. há o incentivo (para não dizer a pressão) para publicarmos em periódicos bem avaliados pela CAPES; d. o número de citações a uma produção é tipicamente identificado com sua qualidade; e. a língua do texto não pode ser o português (como explicamos anteriormente). Essas não são condições escolhidas pelos autores deste capítulo - são condições impostas pelo sistema mundial de produção científica em sua expressão local. Poderiam ser diferentes, como defendemos aqui. Individualmente, podemos resistir frontalmente a essas condições, aderir inteiramente a elas ou anuir a parte delas. Pessoalmente, os autores do presente capítulo seguimos essas condições enquanto não alteram o sentido de nossa publicação. Jamais publicaríamos, por exemplo, em uma revista que impusesse como condição o uso de dados quantitativos, que tipicamente não produzimos em nossas pesquisas (mais ligadas a pesquisas de campo, de tipo etnográfico e entrevistas qualitativas de longa duração), apesar de artigos com resultados expressos em números terem um *status*, equivocadamente, mais elevado na comunidade científica (Eriksson, 2012).

Algumas recomendações, aprendidas ao longo dos anos, vêm se mostrando valiosas:

Quanto à língua inglesa: 1. É importante ter noções básicas de inglês - isso vem se mostrando uma exigência inescapável. Mas mesmo um bom nível de inglês não é suficiente para escrever sozinho um artigo nesta língua. 2. Você pode redigir um artigo em português para posterior tradução, mas é muito raro encontrar tradutoras/es verdadeiramente capazes de verter para a linguagem científica. É importante, por isso, ajudar o/a tradutor/a, e escrever o mais perto possível do inglês - para isso servem as noções básicas. Indique para o/a tradutor/a qual o termo em inglês que melhor traduz os conceitos utilizados no manuscrito. Orações com ordem direta (ou seja, sem inversão entre sujeito e predicado), na voz ativa, com frases curtas e precisas e com palavras mais comuns são preferidas pelas revistas. Em inglês, os termos técnicos são definidos de maneira mais unívoca, em geral, e não há problema em repetir uma palavra muitas vezes, se for um termo. Mas a variação no vocabulário também é desejável para que o texto não fique monótono. Algumas revistas brasileiras bilíngues criaram listas de tradutoras/es que se especializaram em psicologia e por isso oferecem bons serviços - vale consultar estas revistas. Serviços especializados de tradução também já estão disponíveis no Brasil. 3. Às vezes, compensa contratar um serviço de revisão especializado após a tradução. Muitos *publishers* têm seus próprios serviços de revisão (pagos em dólares). 4. Tem havido mais tolerância às peculiaridades do *inglês mundial*, aquele falado e escrito por não-nativos. Talvez seja uma consequência do desejo de incluir países periféricos. Pequenos deslizes são tolerados, em muitos casos. Tivemos a experiência de um artigo já aceito ser inteiramente reescrito, mui gentilmente, pela editora-chefe do periódico, com nossa anuência - o sentido era o mesmo, mas o ritmo, os vocábulos, a estrutura das frases foi muito alterada. 5. Há cursos excelentes de inglês acadêmico instrumental - pode ser útil frequentá-los. 6. Se você não lê os textos de um periódico, deve-se perguntar por que quer publicar lá - a melhor forma de aprimorar sua escrita é pela leitura de textos semelhantes ao que você pretende publicar. Essa leitura lhe dará o vocabulário técnico de sua área, mas

também poderá ajudar a criar um repertório de expressões-chave para usar no manuscrito. Expressões que indicam que há uma lacuna no conhecimento do campo (“*Previous studies of X have not dealt with ...*”), que um método não é adequado (“*The limitation of this approach is that ...*”) ou que um termo pode ter várias definições (“*Several definitions of X have been proposed*”) podem ser assinaladas e armazenadas criando um banco de frases pessoal. Se preferir, há os chamados *academic phrasebanks*, que são coletâneas de frases fixas em inglês que servem para esses propósitos (Morley, 2020; University of Manchester, [s.d.]). 7. Não se iluda com a aparente facilidade oferecida pelo espanhol. Há ótimas revistas muito bem avaliadas na América Latina, mas o espanhol pode oferecer tantos desafios quanto o inglês. 8. A maior parte dos periódicos bem avaliados publica exclusivamente em inglês.

Quanto ao intercâmbio e às parcerias internacionais: 1. Os periódicos tendem a preferir artigos escritos por grupos de pesquisa de vários países. Isso pode ser explicado pelo maior número de citações que esses artigos recebem. 2. O intercâmbio internacional pode ser útil indiretamente. Por exemplo, quando colegas estrangeiros propõem um número especial para um periódico e avisam seus parceiros ou incluem no edital, devido às suas parcerias, uma cláusula para países periféricos. 3. Ser revisor/a ou editor/a de periódicos estrangeiros é uma boa forma de aprender sobre os processos editoriais nesses veículos. 4. Colegas estrangeiros com experiência podem oferecer uma boa primeira leitura de seu manuscrito. Essa prática é muito frequente em alguns países, e não tanto, infelizmente, no Brasil (Becker, 2015).

Quanto aos periódicos: 1. A classificação de um periódico pode ser obtida pela Plataforma Sucupira (http://bit.ly/Sucupira_Qualis). 2. Uma fonte alternativa para consultar a classificação de periódicos por área e subárea é o SJR. Este link mostra o ranking das revistas de Psicologia Social no ano de 2017: http://bit.ly/SJR_Psi_Social_2017. 3. Há revistas muito bem avaliadas pela CAPES fora do eixo Estados Unidos-Europa Ocidental. 4. Se você receber o contato de um periódico oferecendo uma oportunidade incrível para publicar seu artigo,

desconfie - as revistas predatórias existem aos montes e são verdadeiras máquinas caça-níquel, geralmente sem nenhum reconhecimento acadêmico. 5. Fique atento aos editais das boas revistas estrangeiras. São oportunidades valiosas para publicar artigos, porque em geral abrem oportunidades para temas mais específicos e de interesse direto da editoria das revistas. 6. Há revistas estrangeiras bem avaliadas em praticamente todas as subáreas da psicologia. A *International Journal of Psychoanalysis*, por exemplo, tem um índice H de 62 e está no segundo quartil da SJR (http://bit.ly/Int_J_Psychoan_Ind_H), uma excelente posição. 7. Geralmente, não é preciso pagar para publicar, mas seu artigo ficará com acesso restrito aos assinantes da revista. Para seu artigo ficar em acesso aberto, o custo pode ser elevado. Alguns órgãos de fomento oferecem apoio para publicação e alguns *publishers* oferecem descontos para países periféricos. 8. O Brasil criou a plataforma SciELO, a maior iniciativa de acesso aberto do mundo. Há periódicos de diversos países da América Latina sediados no SciELO. Geralmente, não há taxa de publicação nem de assinatura. Muitas das revistas do SciELO são muito bem avaliadas pela CAPES. Definitivamente, vale uma consulta (<https://scielo.org/en/>). 9. Outras iniciativas específicas de acesso aberto irrestrito vêm sendo criadas, como a *Open Research Europe*, da União Europeia (<https://open-research-europe.ec.europa.eu/for-authors/publish-your-research>).

OS PAÍSES PERIFÉRICOS DEVERIAM INVESTIR NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE SUA PRODUÇÃO CIENTÍFICA?

Como afirmamos, atualmente o Brasil ocupa, a mesma posição no *ranking* de economias e de produção científica - realizamos enfim as aspirações da CAPES. Mas isto porque a economia brasileira sofreu revezes profundos nos últimos cinco anos. Além disso, o Brasil ocupa a 22ª posição em número de citações, posição nada invejável. Isso deveria nos dar uma pista sobre a pertinência de investir na

internacionalização da produção científica. Após afirmar que uma das causas dos problemas econômicos dos países periféricos é a falta de uma infraestrutura de “ciência, tecnologia e inovação”, ‘Utoikamanu ([s.d.]) pondera que os países recém-industrializados “utilizaram tecnologias do exterior para aumentar sua base industrial antes de criar seus próprios avanços científicos e tecnológicos”.

O caso brasileiro parece evidenciar que uma política sólida de ciência e tecnologia apartada de outros arranjos institucionais que garantam o crescimento econômico, como distribuição de renda mais equitativa (formando um forte mercado consumidor) e oferta de financiamento a juros baixos para os setores produtivos, não é suficiente para promover o crescimento. O caso da concessão de patentes é emblemático – é amplamente reconhecido que o Brasil tem um sistema precário de concessão de patentes, em grande medida responsável pelo país levar 95,1 meses para conceder uma patente, o mais demorado do mundo (*World Intellectual Property Organization*, 2018, p. 65). Esses são problemas cuja resolução depende de arranjos político-institucionais, e não apenas de investimento em ciência e tecnologia.

Por outro lado, o crescimento econômico e a própria soberania das nações depende do domínio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, baseadas em amplas colaborações internacionais e em cadeias produtivas de extensão muitas vezes global. Países que não dominem essas tecnologias tendem a entrar no conjunto das nações como fornecedores de bens de baixo valor agregado. No caso da produção das vacinas contra o SARS-CoV-2, pudemos observar que o desmonte do parque industrial de saúde no país pôs o Brasil em situação muito frágil, mitigada pela permanência parcial deste parque em algumas regiões e pela colaboração científica com a indústria de vacinas estrangeira. O domínio científico e tecnológico das vacinas foi importante, mas não suficiente, para que o Brasil ganhasse autonomia para enfrentar a pandemia de Covid-19.

Com todas as contradições que este processo implica, investir na internacionalização da ciência brasileira é um imperativo civilizatório,

sem o qual tendemos a regredir à condição de um país agrícola e fornecedor de matéria-prima para o mundo. Mas este investimento tem que ser calibrado com a criação de condições estruturais que permitam que o conhecimento seja repassado para o conjunto da sociedade, o que só pode ser obtido por meio do investimento maciço em educação e em processos de transferência de tecnologia para pequenos e médios agentes econômicos.

A psicologia entra tangencialmente neste processo, mas de forma muito importante. A criação de tecnologia social para enfrentar problemas sociais é urgente. A corrente de negacionismo que ameaça vidas durante a presente epidemia depende, para seu enfrentamento, de conhecimento sobre processos de pensamento, comportamento e influência social, e uma transformação orientada para a promoção da democracia e o combate à desinformação pode ter efeitos tão ou mais importantes que o próprio desenvolvimento das vacinas. Sendo a infodemia - a epidemia de desinformação - um fenômeno global, seu combate também depende de colaboração internacional. E, apesar de não ser diretamente relacionável ao desenvolvimento de patentes, num sentido mais amplo e, se pudermos dizer, mais elevado, o crescimento deste campo está diretamente atrelado a qualquer visão de desenvolvimento social que não seja uma mera subjugação das populações mais vulneráveis. Como essa, inúmeras áreas da psicologia são potencialmente geradoras de tecnologias sociais de grande importância. Mas parte dos esforços da psicologia em sua interface com as Ciências Sociais - campo onde nos situamos - visa o objetivo científico de aumentar o nível de autoconsciência das sociedades. Neste sentido, a colaboração internacional também é fundamental. Não há autocohecimento que não seja produto de uma abertura genuína para a alteridade. Resta saber se a alteridade para a qual nos abrimos servirá de alimento a nossas forças espirituais ou terá o propósito de destruir aquilo em nós que nos distingue de outros povos e dá identidade a nossa existência.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2014). *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos* (Kindle). Zahar.
- Almeida, M. E. de. (2007). O desenvolvimento biológico em conexão com a guerra. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(3), 545–564. <https://doi.org/10/c28wz3>
- Altmetric. ([s.d.]). *Altmetric*. <https://www.altmetric.com/>
- Araujo, V. (2020). Novo Qualis: Rumos e rumores. *Revista Brasileira de História*, 40(85), 7–9. <https://doi.org/10/gh4dzz>
- Balassiano, M., & Considera, C. (2020, novembro 10). *Como o Brasil se situa entre as maiores economias do mundo no pós-Covid*. Blog do IBRE. <https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-o-brasil-se-situa-entre-maiores-economias-do-mundo-no-pos-covid>
- Beall, J. (2015). Is SciELO a publication favela? *Scholarly Open Access. Critical analysis of open-access publishing*. <http://scholarlyoa.com/2015/07/30/is-scielo-a-publication-favela/>
- Becker, H. S. (2015). *Truques da escrita* (p. 256). Zahar.
- Brasil sobe no ranking do PIB e ultrapassa US\$ 1 trilhão—Economia*. (2007, março 28). Estadão. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-sobe-no-ranking-do-pib-e-ultrapassa-us-1-trilhao,20070328p20657>
- Brembs, B., Button, K., & Munafò, M. (2013). Deep impact: Unintended consequences of journal rank. *Frontiers in Human Neuroscience*, 7. <https://doi.org/10/8zx>
- CAPES. ([s.d.]). *Portal de periódicos CAPES*. <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php>
- CAPES. (2012). *Comunicado n. 001/2012—Área de Psicologia. Atualização do WebQualis da Área*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Qualis__Psicologia.pdf
- CAPES. (2016, maio 24). *Detalhamento do documento de empenho—Portal da transparência*. <http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/programa-e-acao/empenho/154004152792016NE800060?ordenarPor=fase&direcao=asc>
- CAPES. (2017, novembro 7). *Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt*. Fundação CAPES. <https://www1.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>

- CAPES. (2019). *Relatório do Qualis Periódicos 2019*. Gerson Yukio Tomanari. http://uab.capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_Qualis_Psicologia.pdf
- CAPES. (2020). *Ofício Circular nº 31/2020-GAB/PR/CAPES*. CAPES. http://uploads.capes.gov.br/files/OF_CIRCULAR_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf
- Castells, M. (2018). *O poder da identidade [e-book]* (Org.). Paz & Terra.
- Chauí, M. de S. (2018). *Introdução à História da Filosofia. Dos pré-socráticos a Aristóteles* (2. ed). Companhia das Letras.
- Clarivate. ([s.d.]). *The Clarivate Analytics Impact Factor* <https://clarivate.com/webofsciencegroup/essays/impact-factor/>
- Clarivate Analytics. ([s.d.]). *Web of Science*. <https://login.webofknowledge.com/error/Error?Error=IPError&PathInfo=%2F&RouterURL=https%3A%2F%2Fwww.webofknowledge.com%2F&Domain=.webofknowledge.com&Src=IP&Alias=WOK5>
- Clark, J., & Horton, R. (2019). What is The Lancet doing about gender and diversity? *The Lancet*, 393(10171), 508–510. <https://doi.org/10/ghnrv6>
- Crenshaw, K. (2015). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1). <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Cunha, A. (2007, julho). *Produção científica: Brasil sobe no ranking*. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/8576-sp-342271386>
- Elsevier. ([s.d.]-a). *Ciência e sociedade | Ciência aberta | Elsevier*. Elsevier.com. <https://www.elsevier.com/pt-br/open-science/science-and-society>
- Elsevier. ([s.d.]-b). *Preconceito inconsciente*. Elsevier.com. <https://www.elsevier.com/pt-br/open-science/science-and-society/unconscious-bias>
- Elsevier. ([s.d.]-c). *SciVal* <https://www.scival.com/landing>
- Eriksson, K. (2012). The nonsense math effect. *Judgment and Decision Making*, 7(6), 746–749.
- FIOCRUZ. (2021, janeiro 22). *Internacionalização da pesquisa científica: Aberta chamada do PrInt para auxílio à publicação de artigos*. Campus Virtual Fiocruz. <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/60079>

- Forattini, O. P. (1997). A língua franca da ciência. *Revista de Saúde Pública*, 31(1), 3–8. <https://doi.org/10/cp6r46>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (5ª ed). UNESP.
- Google. ([s.d.]). *Métricas do Google Acadêmico*. https://scholar.google.com/citations?view_op=top_venues&hl=pt-BR&vq=pt
- Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. Sage.
- Instituto de Psicologia da USP. ([s.d.]). *Periódicos Eletrônicos em Psicologia*, de <http://pepsic.bvsalud.org/>
- Jacobsen, P. (2018, fevereiro 7). *China é o país que produz mais artigos científicos no mundo. Brasil é o 12º*. Blog da BC. <https://www.ufrgs.br/blogdabc/china-e-o-pais-que-produz-mais-artigos-cientificos-no-mundo-brasil-e-o-12o/>
- Kupferschmidt, K. (2018, setembro 21). *More and more scientists are preregistering their studies. Should you?* Science | AAAS. <https://www.sciencemag.org/news/2018/09/more-and-more-scientists-are-preregistering-their-studies-should-you>
- Lariviere, V., & Sugimoto, C. R. (2018). The Journal Impact Factor: A brief history, critique, and discussion of adverse effects. <https://arxiv.org/abs/1801.08992>
- Larivière, V., Haustein, S., Mongeon, P. (2015). The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *PLoS ONE* 10(6): e0127502. doi:10.1371/journal.pone.0127502
- Lewin, K. (1973). *Princípios de psicologia topológica*. Cultrix.
- Martins, C. A., & Braile, D. M. (2009). Scientometric analysis of journals from Health Science and related areas available at Portal de Periódicos da Capes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(3), 75–93. <https://doi.org/10/cnbtpk>
- McCall, L., & Orloff, A. S. (2017). The multidimensional politics of inequality: Taking stock of identity politics in the U.S. Presidential election of 2016. *The British Journal of Sociology*, 68(S1), S34–S56. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12316>
- Morley, J. (2020). *Academic Phrasebank: An academic writing resource for students and researchers* (3ª edição). The University of Manchester.
- National Science Board. (2020). *The State of U.S. Science and Engineering 2020 | NSF - National Science Foundation*. National Science Foundation. <https://ncses.nsf.gov/pubs/nsb20201/global-science-and-technology-capabilities#research-publications>

- Navas, M. E. (2021, março 22). “Apartheid de vacinas”: Por que países ricos não quebram patentes para acelerar vacinação contra covid-19? BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56454630>
- Offe, C. (1989). Trabalho: A categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(10), 3–4.
- Parsons, E. C. M., & Wright, A. J. (2015). The good, the bad and the ugly science: Examples from the marine science arena. *Frontiers in Marine Science*, 2. <https://doi.org/10/gjnnf5>
- Pinto, Á. V. (2005). *O conceito de tecnologia* (Vol. 1). Contraponto.
- Publicações científicas por países: Contagem por autoria e por artigo*. (2020, fevereiro 5). Pesquisa FAPESP. <https://revistapesquisa.fapesp.br/publicacoes-cientificas-por-paises-contagem-por-autoria-e-por-artigo/>
- Rocha e Silva, M. (2011). Reflexões críticas sobre os três erres, ou os periódicos brasileiros excluídos. *Psicologia USP*, 22(2), 445–456. <https://doi.org/10/gjnnf6>
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. EDUSP.
- Sato, L., & Nardi, H. C. (2021). Psychology and Internationalization: Critical notes for thinking North-South hierarchies. *Psicologia USP*, 32. <https://doi.org/10/gjnnf7>
- Schopenhauer, A. (2011). *A arte de escrever [ebook]*. L & PM. <https://www.amazon.com.br/>
- SciELO. (2015, agosto 25). Nota de repúdio ao artigo “Is SciELO a Publication Favela?” de autoria do Sr. Jeffrey Beall | SciELO em Perspectiva. <https://blog.scielo.org/blog/2015/08/25/nota-de-repudio-ao-artigo-is-scielo-a-publication-favela-de-autoria-do-sr-jeffrey-beall/>
- SCImago. ([s.d.]). *Scimago Journal & Country Rank*. <https://www.scimagojr.com/>
- Taylor & Francis. ([s.d.]). *Supporting researchers in developing countries*. Taylor & Francis Group. <http://taylorandfrancis.com/about/corporate-responsibility/development-initiatives/>
- Tollefson, J. (2018, janeiro 18). China declared world’s largest producer of scientific articles (Nº 7689). Nature; Nature Publishing Group. <https://www.nature.com/articles/d41586-018-00927-4>
- Tomanari, G. Y., Angeli dos Santos, A. A., & Cerqueira e Silva, L. M. (2019). *Documento de área. Área 37: Psicologia*. CAPES.
- Tuffani, M. (2016, maio 18). Capes negocia redução de US\$ 20 milhões em contratos e mantém Portal de Periódicos. *Direto da Ciência*. <http://www.diretodaciencia.>

com/2016/05/18/capes-negocia-reducao-de-us-20-milhoes-em-contratos-e-mantem-portal-de-periodicos/

University of Manchester. ([s.d.]). *Academic Phrasebank*. Academic Phrasebank. <https://www.phrasebank.manchester.ac.uk/>

'Utoikamanu, F. ([s.d.]). *Closing the Technology Gap in Least Developed Countries*. United Nations; United Nations. <https://www.un.org/en/chronicle/article/closing-technology-gap-least-developed-countries>

Weinberg, A. M. (1961). Impact of Large-Scale Science on the United States. Big science is here to stay, but we have yet to make the hard financial and educational choices it imposes. *Science*, 134(3473), 161–164. <https://doi.org/10/fpzfnc>

World Intellectual Property Organization. (2018). *World Intellectual Property Indicators 2018* (p. 230). World Intellectual Property Organization. https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2018.pdf